

Relator admite mudar projeto se houver acordo

Texto é alvo de contestação do PSDB, que exige número 45 para FH disputar reeleição

MARCOS MAGALHÃES

BRASÍLIA — O relator do projeto da Lei Eleitoral que vai regulamentar o pleito de 1998, deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP), afirmou ontem que só pretende alterar seu parecer sobre a proposta se houver um amplo entendimento em torno dela na Câmara. "Mudo o texto se houver um acordo entre governo e oposição para que seja feita uma lei para todo o País", admitiu Apolinário, referindo-se às pressões do PSDB para que ele modifique dispositivos de seu parecer.

Na sexta-feira, o líder do PSDB, Aécio Neves (MG), ameaçou incentivar a tramitação de um projeto semelhante no Senado, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), e obstruir a aprovação do texto de Apolinário, caso não haja entendimento a respeito de temas como a participação do presidente da República em inaugurações de obras durante a campanha eleitoral.

Apolinário é contra essa participação e também tem posições divergentes das do PSDB a respeito da duração da campanha, de inserções publicitárias na TV e do financiamento público das campanhas partidárias. Para Apolinário, esses pontos deveriam ser decididos no voto. "O governo precisa entender que a democracia se resolve pelo voto da maioria", observou o relator. "Existe acordo sobre 95% do meu relatório, e não há nenhum problema de que os 5% restantes sejam definidos pelo voto."

São três as questões que os tucanos consideram "centrais" para votar a Lei Eleitoral: o registro da candidatura presidencial com o número 45 do PSDB, a presença do presidente e dos governadores em inaugurações durante a campanha da reeleição e a divisão do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV de acordo com o tamanho das bancadas em 3 de outubro.

Pontuais — "Ele que tente obstruir a votação", reagiu já na sexta-feira o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), à ameaça de Aécio. Geddel ressaltou que as polêmicas da nova Lei Eleitoral serão objeto de acordos pontuais, ora com um ou outro aliado do governo, ora com a oposição. "Eu já fiz um acordo com o PPB e as oposições no critério da divisão do tempo de televisão e não abro mão dele", disse o líder do PMDB.

Ao contrário do PSDB e do PFL, que engordaram as bancadas cooptando parlamentares no Congresso depois da eleição de 1994, PMDB e PPB optaram por um critério diferente na partilha do tempo de propaganda eleitoral gratuita. "Escolhemos o número de votos ou de deputados de cada partido no início desta legislatura porque é isso que caracteriza a vontade popular e não estimula a infidelidade e a cooptação", explicou Lima.

O Palácio do Planalto negou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso esteja analisando a idéia de aumentar impostos ou criar um novo imposto para custear o financiamento de campanhas eleitorais. Segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, o presidente defende, desde que era senador, o financiamento público de campanhas, mas entende que isso não deve ser feito de forma "repentina".

José Paulo Lacerda/AE



Carlos Apolinário: "Existe consenso sobre 95% do meu relatório"

